

**Impresso
Especial**

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

.....CORREIOS.....

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.34, n.1-2, janeiro/fevereiro 2012

sumário

- 3 AS ECONOMIAS MUNICIPAIS DO BRASIL
Gilmar Mendes Lourenço
- 7 CARACTERÍSTICAS E DETERMINANTES DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL
PARANAENSE EM 2011
Francisco José Gouveia de Castro, Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 9 RESULTADOS DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO EM 2011
Francisco José Gouveia de Castro
- 12 OUTRO CENÁRIO FRUSTRADO
Guilherme Amorim
- 15 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 18 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO (*Editor*)

Equipe

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

RICARDO KURESKI (*Economista*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CLAUDIA F. B. ORTIZ (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

No final de 2011, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os números do Produto Interno Bruto Municipal (PIB-M), cobrindo o intervalo de tempo compreendido entre 2005 e 2009. Os dados e informações levantados, e os indicadores apurados, refletem uma espécie de desdobramento aprimorado do projeto de aferição das Contas Regionais do Brasil, respaldado na busca incessante de uniformidade no emprego das estatísticas básicas e na aplicação dos procedimentos metodológicos e modelos conceituais.

A posição e a performance das economias municipais não apresentaram qualquer alteração de vulto no período em pauta, a não ser nos casos de locais penalizados, de forma mais intensa, pela instabilidade global, que estourou no final de 2008 e se prolongou durante o primeiro semestre de 2009, particularmente aqueles detentores de bases produtivas com maior predominância das atividades de mineração e/ou do agronegócio, salvo os beneficiados pelo *boom* da demanda externa para determinados segmentos, como o sucroalcooleiro (tabela 1).

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO - 2005/2009

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO %		
	2005	2008	2009
São Paulo (SP)	12,2	11,8	12,0
Rio de Janeiro (RJ)	5,5	5,2	5,4
Brasília (DF)	3,8	3,9	4,1
Curitiba (PR)	1,4	1,4	1,4
Belo Horizonte (MG)	1,3	1,4	1,4
Manaus (AM)	1,3	1,3	1,2
Porto Alegre (RS)	1,3	1,2	1,2
Salvador (BA)	1,0	1,0	1,0
Fortaleza (CE)	0,9	0,9	1,0
Campinas (SP)	1,1	1,0	1,0
Osasco (SP)	0,8	1,0	1,0
Guarulhos (SP)	1,0	1,1	1,0
São Bernardo do Campo (SP)	0,9	1,0	0,9
Recife (PE)	0,8	0,7	0,8
Duque de Caxias (RJ)	1,1	0,6	0,8
Betim (MG)	0,7	0,8	0,8
Barueri (SP)	1,0	0,9	0,8
Goiânia (GO)	0,6	0,6	0,7
São José dos Campos (SP)	0,8	0,7	0,7
Santos (SP)	0,7	0,8	0,7
Vitória (ES)	0,7	0,8	0,6
Campos de Goytacazes (RJ)	0,8	1,0	0,6
Canoas (RS)	0,4	0,5	0,5
Jundiaí (SP)	0,5	0,5	0,5
Belém (PA)	0,5	0,5	0,5

FONTE: IBGE

NOTA: O desempate no *ranking* é definido a partir da segunda casa decimal.

Aliás, esta seria a vertente explicativa da perda de importância relativa no contexto nacional acusada por Campos de Goytacazes, no Rio de Janeiro (RJ), ancorada na produção de petróleo, cujas cotações despencaram no mercado internacional, e Vitória, capital do Espírito Santo (ES), que possui um ciclo de negócios determinado, em grande medida, pelas vendas internacionais de minério de ferro e celulose e pelo desempenho da cadeia de petróleo e gás.

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

O colapso externo também justifica o encolhimento da participação no PIB das cidades paulistas de Guarulhos, São Bernardo do Campo, Barueri e Santos, e da mineira Betim, nas quais operam expressivas bases industriais mais associadas às exportações, com ênfase para os complexos de alimentos, de material de transporte, químico e siderúrgico.

Contudo, reconhecidas as interferências de caráter conjuntural, é possível notar a prevalência das principais tendências estruturais de médio e longo prazo nas apurações do PIB-M, retratadas na manutenção dos desníveis macro e microrregionais de produção e apropriação do produto social, apesar do discreto ensaio de redistribuição espacial observado nos tempos recentes.

De fato, apurou-se uma trajetória cadente na relação entre a renda agregada pelos 10,0% dos municípios que mais geram e os 60,0% com menor participação. O índice passou de 100,9 em 2005 para 99,7 em 2006, 99,3 em 2007, 96,5 em 2008 e 95,4 em 2009.

Indiscutivelmente, esse processo reproduz o fortalecimento do mercado interno brasileiro, construído a partir do fim da superinflação, com o lançamento e consolidação do Plano Real, a aplicação de programas públicos de transferência de renda, gestados na Constituição de 1988, reunidos no Bolsa Família a partir de 2003, a política de recomposição do valor real do salário mínimo, a criação e proliferação da utilização da modalidade de crédito em consignação, entre outros avanços.

Com isso, aconteceu substancial incremento na massa de salários, graças à firme geração de empregos formais (mais de 80,0% do total em dez anos), a fixação de pisos salariais regionais superiores ao nacional em cinco estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e a obtenção de reajustes reais de rendimentos para a maioria das categorias laborais, por ocasião da realização dos dissídios trabalhistas, que suplantaram, em certos momentos, os ganhos de produtividade setoriais.

Mas a sinopse do processo pode ser confirmada, de um lado, pela rota cadente do desemprego que recuou de 12,3% da população economicamente ativa (PEA) em 2003 para 6,1% em 2011, e, de outro, pela apreciável modificação na pirâmide social do País, com a classe C – considerada média, detentora de renda domiciliar mensal entre R\$ 1.200,0 e R\$ 5.174,0 –, passando de 42,0% da população total, em 2002, para mais de 55,0%, em 2011 (ou 105,4 milhões de pessoas), segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em linha semelhante, as informações do Censo Demográfico 2010 do IBGE permitem concluir que a maior parte dos postos de trabalho criados entre 2000 e 2010 foi absorvida pela faixa de remuneração de até dois salários mínimos (com larga presença do setor de serviços), que ampliou a fatia no contingente total ocupado de 49,0% para 63,0%, naquele lapso de tempo.

Todavia, a concentração geográfica na constituição da renda ainda é flagrante, sendo que quase ¼ do total contabilizado pela nação, provém do esforço produtivo despendido por cinco capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Belo Horizonte), desde 2005, que abrigam 12,6% do contingente populacional brasileiro. Além disso, metade do PIB é gerado por 51 municípios, que detêm 30,8% da população do País. Na outra ponta, 1.302 municípios foram responsáveis por 1,0% e detinham 3,3% do volume de pessoas.

Se, de um lado, esse fenômeno atesta a predominância da lógica microeconômica nas escolhas estratégicas locais das companhias, privilegiando a obtenção das economias de aglomeração – dispêndios decrescentes de escala, localização e urbanização –, presentes nos centros de médio e grande porte, de outro, revela a absoluta ineficácia das ações públicas na formação de vantagens comparativas dinâmicas, capazes de induzir as organizações produtivas a promoverem a instalação de unidades levando em conta padrões mais dispersos de localização.

Tanto é assim que a propensão à aglutinação das atividades econômicas é detectada nos espaços subnacionais, propiciando inferir que os cinco maiores PIBs municipais representam mais da metade do agregado dos estados. As exceções à regra ficam por conta de Tocantins, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, devido à vasta extensão da superfície territorial e/ou à peculiaridade de zona de expansão da fronteira agropecuária, e os estados do Sul, acrescidos de São Paulo, embora haja a pesada influência do núcleo metropolitano (tabela 2).

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO E DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DOS CINCO PRINCIPAIS MUNICÍPIOS NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO AS UNIDADES DE FEDERAÇÃO - 2009

ESTADOS	PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO (%)	PARTICIPAÇÃO NO PIB (%)
Rondônia	48,4	55,1
Acre	70,2	73,0
Amazonas	61,6	87,4
Roraima	80,1	85,6
Pará	32,2	54,3
Amapá	86,2	87,5
Tocantins	34,4	44,9
Maranhão	24,6	51,7
Piauí	35,0	57,9
Ceará	40,6	62,5
Rio Grande do Norte	42,3	61,6
Paraíba	36,2	57,9
Pernambuco	32,8	57,9
Alagoas	41,2	63,7
Sergipe	40,1	55,8
Bahia	26,9	48,2
Minas Gerais	23,4	37,9
Espírito Santo	48,9	65,3
Rio de Janeiro	56,0	68,2
São Paulo	36,1	47,4
Paraná	29,0	45,0
Santa Catarina	24,8	34,6
Rio Grande do Sul	24,2	34,6
Mato Grosso do Sul	51,3	55,5
Mato Grosso	36,0	38,4
Goiás	40,0	49,1

FONTE: IBGE

No que se refere a São Paulo mais o Centro Sul, percebe-se, há algum tempo, o esboço de sinais de maior pulverização geográfica do crescimento, em face da saturação do polo e/ou da deflagração de iniciativas públicas e privadas na direção do melhor aproveitamento das vocações e do desenvolvimento de aptidões, sobretudo com o apoio de retaguardas na área de ciência e tecnologia, com focos interiorizadores. Santa Catarina denota um curso antecedente a essa configuração, por ter montado e consolidado fração razoável de sua indústria de bens de consumo e de capital na região de Joinville e no Vale do Itajaí.

Não obstante, tomando o Estado do Paraná como referência, depreende-se um desenho de concentração de mais da metade da geração de renda em três macropolos. O primeiro deles compreende a faixa entre Paranaguá, Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e Ponta Grossa, com perfil produtivo diversificado e predominância do agronegócio, metalmeccânica e refino de petróleo. O segundo vetor abrange o eixo Londrina-Maringá, amparado no agronegócio e em serviços (capitaneados por duas universidades estaduais). Já o terceiro motor regional equivale ao espaço Cascavel-Foz do Iguaçu, assentado no agronegócio, turismo e geração de energia (tabela 3).

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E POSIÇÃO NO RANKING BRASILEIRO, SEGUNDO MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 2009

MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL (%)	POSIÇÃO NO PAÍS
Curitiba	24,1	4.º
Araucária	6,3	35.º
São José dos Pinhais	6,1	38.º
Londrina	4,7	50.º
Maringá	3,8	62.º
Foz do Iguaçu	3,5	69.º
Paranaguá	2,9	86.º
Ponta Grossa	2,7	91.º
Cascavel	2,6	93.º
SUBTOTAL	56,7	
TOTAL DO ESTADO	100,0	

FONTE: IBGE

*Apenas 13,5% dos municípios paranaenses possuíam
PIB per capita superior ao brasileiro em 2009*

O panorama é ainda menos róseo quando se verifica que, a despeito de o PIB nominal *per capita* do Paraná ter sido 5,1% superior ao brasileiro em 2009, situou-se 8,0% abaixo da média da Região Sul. Ademais, apenas 54 municípios do Estado (13,5% do total) exibiram grandeza *per capita* acima da média do País.

Outra característica constatada no PIB dos municípios engloba a pronunciada dependência, de parcela expressiva desse nível federado (35,4% do total, ou 1.968), da administração pública. Em sendo interpretada como o conjunto de ações diretamente vinculadas ao papel do governo, como os serviços de saúde, educação e seguridade, em não poucas situações, o peso de tais itens no agregado econômico municipal situa-se na faixa acima de 70,0% como, por exemplo, Areia de Baraúnas (Paraíba), com 71,4%, e Uiramutã (Roraima), com 80,0%.

É interessante assinalar que na maioria desses redutos predominam atividades produtivas com diminuto potencial de geração de renda e arrecadação. Daí a rendição às transferências federais e estaduais que, mesmo sendo importantes para a minimização das condições de pobreza da população, tendem a perpetuar o quadro de estagnação e atraso do tecido econômico e social, ao absorverem recursos que poderiam ser utilizados na multiplicação da capacidade de oferta de serviços públicos de melhor qualidade.

CARACTERÍSTICAS E DETERMINANTES DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL PARANAENSE EM 2011

Francisco José Gouveia de Castro*

Julio Takeshi Suzuki Júnior**

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE, o secundário estadual encerrou o exercício de 2011 com crescimento acumulado de 7,0% (tabela 1), o maior entre as treze unidades da Federação pesquisadas, ficando muito acima, para ilustrar o quadro da Região Sul, das variações registradas pelas indústrias de Santa Catarina (-5,1%) e Rio Grande do Sul (2,0%), suplantando também com larga margem o desempenho nacional (elevação de apenas 0,3%).

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - PARANÁ - 2011

UF	VARIAÇÃO (%)
Paraná	7,0
Espírito Santo	6,8
Goiás	6,2
Amazonas	4,0
Pará	2,7
Rio Grande do Sul	2,0
Rio de Janeiro	0,3
Minas Gerais	0,3
São Paulo	0,2
Pernambuco	0,0
Bahia	-4,4
Santa Catarina	-5,1
Ceará	-11,7
BRASIL	0,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

O diferencial favorável ao Paraná pode ser imputado à combinação do maior aproveitamento de determinadas oportunidades setoriais ligadas à demanda doméstica, principal pilar do crescimento recente da economia brasileira, com particularidades da operação de alguns grandes complexos industriais, havendo, em paralelo, influência do ainda ascendente consumo mundial de alimentos, que impulsionou as exportações e, consequentemente, a fabricação dos referidos bens.

De forma mais precisa, a considerável ampliação da atividade manufatureira local reflete o crescimento pronunciado da produção automotiva, que, por sua vez, deriva da condição positiva das vendas internas de veículos, resultante do prosseguimento da expansão do crédito e da ampliação real da massa de salários com o aquecimento do mercado de trabalho. Nesse sentido, confirmando a maior apropriação pelo Estado dos ganhos gerados pelo aumento da absorção doméstica de bens de transporte, cabe colocar que o volume produzido pela indústria automobilística paranaense evoluiu 29,9% em 2011 (tabela 2), disparadamente o melhor resultado nacional, explicando o avanço da participação das montadoras locais no mercado brasileiro de veículos automotores.

Ademais, no que se refere às peculiaridades conjunturais setoriais que contribuíram para a notável elevação do *quantum* do conjunto do secundário estadual, é relevante citar a influência da forte expansão da fabricação de derivados de petróleo, fruto não somente dos vultosos investimentos que vêm sendo realizados na Refinaria Presidente Getúlio Vargas, localizada em Araucária, município da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), como também do efeito base deprimida, caracterizado pela interrupção temporária das operações da unidade

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

** Administrador, Diretor do Centro de Pesquisa do IPARDES.

para manutenção de equipamentos, necessária a cada quatro anos, que afetou a produção de combustíveis em meados de 2010. Mais detalhadamente, em razão da diminuição do volume físico ofertado pela refinaria paranaense no ano retrasado, por conta da mencionada paralisação das atividades, o segmento petroquímico registrou, em âmbito estadual, crescimento muito superior ao observado em nível nacional no exercício de 2011 (12,1% contra 2,4).

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o processamento da matéria-prima fóssil no Estado do Paraná saltou de 62,6 milhões de barris em 2010 para 71,0 milhões em 2011, o que levou a um aumento da participação regional no volume de petróleo refinado pelo País, de 9,5% para 10,4%.

Por fim, a destacada performance industrial paranaense é decorrência também da trajetória ascendente das exportações de alimentos, podendo-se ressaltar os casos da carne de frango, açúcar bruto, farelo de soja, óleo de soja bruto e café solúvel, cujas vendas externas progrediram, respectivamente, 22,3%, 33,4%, 30,1%, 59,5% e 32,2% em 2011, na comparação com o ano anterior. Esse desempenho exportador impediu que a indústria alimentícia local registrasse decréscimo da produção física, diferentemente do complexo nacional, o que contribuiu de forma importante para o bom resultado da totalidade do setor manufatureiro no período em análise, devido ao elevado peso da fabricação de alimentos na estrutura do secundário estadual.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - 2011

ATIVIDADE ECONÔMICA	VARIAÇÃO (%)
Alimentos	0,5
Bebidas	0,9
Madeira	8,8
Papel e celulose	1,1
Edição e impressão	-5,2
Refino de petróleo e álcool	12,1
Produtos químicos	1,3
Borracha e plástico	4,4
Minerais não metálicos	3,2
Produtos de metal	10,1
Máquinas e equipamentos	-4,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	13,9
Veículos automotores	29,9
Mobiliário	-5,4
INDÚSTRIA - TOTAL	7,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

Diante de tudo disso, não há dúvida de que 2011 foi um ano virtuoso para a indústria do Paraná, especialmente por figurar no topo do *ranking* nacional. Além de evidenciar a pujança setorial, os resultados industriais recentemente divulgados corroboram expectativas de maior crescimento do PIB paranaense, em relação ao brasileiro.

RESULTADOS DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO EM 2011

Francisco José Gouveia de Castro*

Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior (MDIC) divulgou os resultados preliminares da balança comercial brasileira de 2011. Contrariando as expectativas do mercado, que no início do referido ano previam o saldo de apenas US\$ 8,10 bilhões, os resultados efetivos apresentados registraram US\$ 29,8 bilhões, representando crescimento de 47,8%. O bom desempenho do comércio exterior brasileiro pode ser imputado ao maior ritmo de crescimento das exportações relativamente às importações, sinalizando uma mudança evidente de padrão em relação a 2010. As exportações brasileiras somaram US\$ 256 bilhões em 2011, o que representou um aumento de 26,8% em relação a 2010, segundo dados do MDIC. Pelo lado das importações, verificou-se acréscimo de 24,5%, com as compras externas alcançando US\$ 226,2 bilhões, resultando no maior saldo da balança comercial em quatro anos.

A boa performance das exportações em 2011 pode ser creditada à expansão da China, que continua impulsionando a demanda mundial por energia, alimentos e metais, elevando sobremaneira os preços dos produtos básicos. Atrelados ao efeito demanda, os preços foram elevados devido ao aumento do uso de derivativos ligados a esses bens como instrumento de Hedge. Nesse sentido, o valor das exportações de produtos básicos e intermediários cresceu 32%, respondendo por 63,3% no valor da pauta das exportações, em 2011. Não obstante, segundo dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o índice de *quantum* das exportações dos produtos básicos variou apenas 3,6% em relação a 2010, não havendo dúvidas quanto à correlação entre os bons resultados e o efeito preços.

Pelo lado das importações, o maior destaque ficou para combustíveis e lubrificantes, que registraram crescimento de 42% em relação a 2010, gerando déficit na balança do produto de US\$ 9,6 bilhões no acumulado de 2011. Por outro lado, o índice de *quantum* exibiu elevação pífia de 4%, o que aponta o fator preço como responsável pelo desempenho do setor. Tal situação mostrou-se diferente de 2010, quando o crescimento da demanda por combustíveis não foi acompanhado pela expansão da capacidade de refino do petróleo, registrando maior penetração das importações desses derivativos, com crescimento do índice de *quantum* de 26,6% em relação a 2009. Isto fez com que os Estados Unidos, maior fornecedor do produto ao Brasil, passasse a ser o principal país de origem das importações brasileiras (tabela 1).

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES SEGUNDO CATEGORIA DE USO - BRASIL - JANEIRO A DEZEMBRO 2010-2011

CATEGORIA DE USO	EXPORTAÇÕES				IMPORTAÇÕES			
	2010		2011		2010		2011	
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)
Bens de capital	19.525.806.816	9,7	23.376.149.817	9,1	41.008.279.966	22,6	47.894.141.964	21,2
Bens de consumo	36.081.758.563	17,9	38.932.719.517	15,2	31.427.795.259	17,3	40.084.017.725	17,7
Bens de consumo não duráveis	28.675.345.032	14,2	31.556.284.391	12,3	12.847.790.700	7,1	15.988.949.990	7,1
Bens de consumo duráveis	7.406.413.531	3,7	7.376.435.126	2,9	18.580.004.559	10,2	24.095.067.735	10,7
Combustíveis e lubrificantes	19.716.148.786	9,8	26.532.264.710	10,4	25.340.639.580	13,9	36.173.889.601	16,0
Matérias-primas e produtos intermediários	122.816.951.721	60,8	162.138.306.758	63,3	83.991.712.633	46,2	102.091.359.617	45,1
Operações especiais	3.774.619.449	1,9	5.060.133.966	2,0	-	-	-	-
TOTAL	201.915.285.335	100,0	256.039.574.768	100,0	181.768.427.438	100,0	226.243.408.907	100,0

FONTE: MDIC

NOTA: Elaboração IPARDES.

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

No entanto, o desempenho das importações brasileiras em 2011 deveu-se basicamente ao desaquecimento da economia, com a desaceleração do *quantum* importado, especialmente da demanda interna por bens de capital vinculados aos investimentos.

A composição da pauta exportadora brasileira, concentrada em bens de menor valor agregado, foi fundamental para o saldo positivo na balança comercial. O aumento do índice de preços foi preponderante no avanço do valor exportado, o que beneficiou sobremaneira os segmentos ligados à indústria extrativa e a *commodities*, com destaque para minério de ferro, óleo bruto de petróleo, soja, açúcar, café e carne de frango, que, em seu conjunto, responderam por 41,5% das exportações, em 2011, e 54,5% do acréscimo absoluto verificado (tabela 2).

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - BRASIL - JANEIRO A DEZEMBRO 2010-2011

PRODUTO	2010		2011		Var. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Minérios de ferro	28.911.882.009	14,3	41.817.251.122	16,3	44,6
Óleos brutos de petróleo	16.151.047.206	8,0	21.603.300.384	8,4	33,8
Soja	11.042.999.979	5,5	16.327.286.538	6,4	47,9
Açúcar de cana, em bruto	9.306.850.558	4,6	11.548.785.770	4,5	24,1
Café cru em grão	5.181.628.351	2,6	7.999.955.377	3,1	54,4
Carne de frango congelada	5.789.272.946	2,9	7.063.213.913	2,8	22,0
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	4.719.373.240	2,3	5.697.860.082	2,2	20,7
Pastas químicas de madeira	4.750.530.537	2,4	4.984.783.524	2,0	4,9
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	2.592.072.078	1,3	4.636.940.116	1,8	78,9
Automóveis de passageiros	4.416.526.927	2,2	4.375.647.597	1,7	-0,9
Carne de bovino congelada	3.861.061.382	1,9	4.169.285.494	1,6	8,0
Peças para veículos automóveis e tratores	3.421.750.716	1,7	3.981.664.338	1,6	16,4
Aviões	3.972.120.010	2,0	3.923.954.498	1,5	-1,2
Outros	97.798.169.396	48,5	117.909.646.015	46,0	
TOTAL	201.915.285.335	100,0	256.039.574.768	100,0	26,8

FONTE: MDIC

NOTA: Elaboração do IPARDES.

De fato, o aumento da participação da China nas trocas comerciais explica o maior peso das exportações de *commodities*, superando os Estados Unidos e Argentina como principal importador de produtos brasileiros, a partir de 2009. Tal condição se amplia entre 2010 e 2011, com a China respondendo por 17,3% das exportações de produtos brasileiros em 2011, ante 15,2% em 2010 e 13,7% em 2009.

Cabe destacar que 88,6% das exportações brasileiras com destino à China são de produtos primários, principalmente minério de ferro e soja, tendo vendido, respectivamente, 47,4% e 67,1% do total exportado destes produtos, em 2011. Já o óleo bruto de petróleo e café em grão tiveram os Estados Unidos como principal destino, com 26,7% e 22,5%, respectivamente. A Rússia foi o principal mercado do açúcar bruto e carne bovina em 2011, representando, 16% e 24,3%, respectivamente.

Passando às importações, verificou-se significativa contribuição dos produtos manufaturados nas aquisições externas brasileiras, respondendo por 76% do crescimento absoluto. Dos segmentos que apresentaram as maiores altas, sobressai o cloreto de potássio, insumo utilizado na fabricação de fertilizantes, puxado pelo consumo do setor agrícola (tabela 3). Em linha semelhante, a cadeia automotiva contribuiu com 13% do crescimento absoluto das importações no período 2010-2011. A ampliação das compras de automóveis reflete o aquecimento do mercado nacional, com a expansão do crédito e dos salários reais.

TABELA 3 - IMPORTAÇÃO SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - BRASIL - JANEIRO A DEZEMBRO 2010-2011

PRODUTO	2010		2011		Var. (%)
	Valores (US\$ FOB)	Part. (%)	Valores (US\$ FOB)	Part. (%)	
Petróleo em bruto	10.092.805.968	5,6	14.080.608.610	6,2	39,5
Automóveis de passageiros	8.543.419.808	4,7	11.891.443.314	5,3	39,2
Óleos combustíveis	5.202.616.608	2,9	7.882.182.382	3,5	51,5
Peças para veículos automóveis e tratores	5.232.893.189	2,9	6.317.630.651	2,8	20,7
Medicamentos para medicina humana e veterinária	5.639.934.323	3,1	5.873.265.500	2,6	4,1
Naftas	3.629.268.098	2,0	4.788.953.170	2,1	32,0
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	3.994.293.100	2,2	4.384.429.761	1,9	9,8
Hulhas	2.926.489.028	1,6	4.294.252.487	1,9	46,7
Partes de aparelhos transmissores ou receptores	3.224.604.684	1,8	3.621.277.726	1,6	12,3
Cloreto de potássio	2.234.386.096	1,2	3.503.224.036	1,6	56,8
Motores, geradores e transformadores	2.647.857.144	1,5	3.113.090.155	1,4	17,6
Compostos heterocíclicos	2.637.604.733	1,5	2.902.588.020	1,3	10,1
Instrumentos e aparelhos de medida	2.328.223.175	1,3	2.840.000.234	1,3	22,0
Gás natural	2.132.085.988	1,2	2.733.775.705	1,2	28,2
Peças de rolamentos e engrenagens	2.140.714.441	1,2	2.574.790.936	1,1	20,3
Outros	119.161.231.055	65,6	145.441.896.220	64,3	22,1
TOTAL	181.768.427.438	100,0	226.243.408.907	100,0	24,5

FONTE: MDIC

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Segundo as projeções da Funcex, as condições econômicas do início de 2012 envolvem níveis de incerteza elevados. Para a balança comercial brasileira, a grande dúvida refere-se ao comportamento dos preços das exportações. A estrutura concentrada da pauta, o aprofundamento da crise europeia e o baixo dinamismo da economia americana podem afetar as vendas de *commodities*. Além disso, há dúvidas quanto à política comercial chinesa em vista de um efeito contágio. De acordo com a Funcex, o cenário mais provável não contempla uma queda forte dos preços, mas é improvável que haja ganhos significativos, considerando a estabilidade do índice de preços em relação à média de 2011, somada a um *quantum* exportado que deve ter crescimento baixo (3%).

Entretanto, se a taxa de câmbio se mantiver em um patamar baixo, as importações de bens de consumo podem pressionar negativamente o saldo comercial. As projeções da Funcex apontam para uma estabilidade dos preços e crescimento do *quantum* em torno de 10%.

As inúmeras dificuldades de estruturação das incertezas contidas no futuro comprovam que qualquer tentativa de elaboração de um quadro macroeconômico que inclua projeções, com horizonte de doze meses, está fadada ao fracasso e deve ser desconsiderada de antemão. Por isso, esse exercício teórico se presta, simplesmente, a descrever os principais obstáculos para que sejam alcançados, no final de 2012, dois objetivos declarados dos formuladores de política econômica: crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ao redor de 5% e inflação próxima à meta projetada pelo Banco Central (BC), de 4,5%.

O panorama internacional se mostra sombrio. Estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê crescimento global de 3,3% em 2012, alavancado pelas economias chinesa (8,2%) e indiana (7,0%). Espera-se desempenho moderado de Rússia (3,3%) e Brasil (3,0%), enquanto as previsões para Estados Unidos e Japão são pouco otimistas: crescimento de 1,8% e 1,7%, respectivamente. O quadro europeu se mostra lúgubre, com projeção de contração de 0,5% nas economias da zona do euro. A previsão para as duas maiores economias do continente, Alemanha e França, é de crescimento ligeiramente superior a zero. Itália e Espanha deverão registrar variação negativa de 2,2% e 1,7%.

A profundidade da crise europeia (produção industrial em queda, desemprego de 10,3% na zona do euro e 23% da população sob risco de pobreza ou exclusão social) e os deflacionários programas de ajuste levaram o FMI a recomendar que o Banco Central Europeu (BCE) modere a intensidade do aperto e a formular operações de socorro (US\$ 1 trilhão nos próximos anos, US\$ 500 bilhões no curto prazo).

Paralelamente à preocupação com a solvência das dívidas soberanas, há o receio de paralisação do mercado de crédito bancário. A recente exigência, por parte do BCE, de elevação do índice de capitalização dos bancos, agravou o processo de desalavancagem. As instituições financeiras passaram a extinguir linhas de crédito para reforçar a taxa de capitalização. No início de 2012 o volume de depósitos no BCE atingiu patamares sem precedentes, tornando evidente o empoçamento e o receio generalizado. No ano passado, 322 instituições financeiras deixaram de operar na Europa, representando redução de 4% em relação ao ano anterior.

É inevitável que a recessão europeia limite o crescimento brasileiro, uma vez que setores público e privado cortarão gastos simultaneamente. Além da contaminação dos canais de crédito, a demanda por produtos brasileiros tende a declinar. Entre 2010 e 2011, a participação da União Europeia (UE) na exportação nacional apresentou relativa estabilidade, de 21,36% para 20,68%, mas esse resultado se sustentou graças ao efeito da alta das cotações dos produtos que compõem a pauta. Enquanto o valor exportado aumentou 22,74%, o volume apresentou variação de apenas 0,87%.

O impacto sobre o comércio internacional será parcialmente atenuado porque não é prevista queda de preço na maior parte da pauta de exportação para a China, maior mercado para bens brasileiros. Ainda que a expectativa quanto ao crescimento chinês seja de arrefecimento (PIB registrou alta de 9,2% em 2011), o impacto dessa desaceleração possui defasagem que tende a ultrapassar o horizonte de curto prazo.

O desempenho das exportações e importações chinesas sofrerá declínio no curto prazo, provocado pela contração europeia, mas foi impressionante em 2011. De acordo com o Bureau Nacional de Estatísticas da China (NBSC, na sigla em inglês), o país apresentou crescimento anual de 20,3% na exportação (US\$ 1,9 trilhão) e 24,9% no valor importado (US\$ 1,7 bilhão). De qualquer modo, o crescimento do consumo chinês tende a perder fôlego, como demonstrou a recente queda no preço dos imóveis residenciais e os cortes nos investimentos em infraestrutura – ferrovias, em particular. A habitação demanda 40% da demanda chinesa por aço, o que deve provocar turbulência no mercado de minério de ferro, principal item da pauta de exportação brasileira.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

A economia dos Estados Unidos, segundo maior parceiro comercial do Brasil, cresceu 1,7% no ano passado, segundo estimativa do *Bureau of Economic Analysis*. Embora o processo de desalavancagem norte-americano esteja avançado (a relação entre endividamento familiar e PIB retrocedeu ao patamar de 2003), o consumo tem se mantido através de transferências governamentais e cortes de impostos.

O alto desemprego (8,5% em dezembro, de acordo com o *Bureau of Labor Statistics*) limita qualquer recuperação no curto prazo, mesmo porque há pressões no país por ajustes fiscais e o ambiente de disputa eleitoral aumenta a incerteza dos investidores. Com taxas de juros reais negativas, não é impossível que o *Federal Reserve System* (FED) eleve a liquidez no mercado através de novo “relaxamento quantitativo”, instrumento utilizado desde 2010.

O cenário internacional se complica, ainda, com as incertezas sobre a cotação de petróleo. Os desdobramentos do programa nuclear iraniano (escaramuças militares, assassinato de cientistas locais, sanções impostas pelas Nações Unidas e pelos Estados Unidos) são as maiores fontes de tensão nesse mercado. As dúvidas sobre a capacidade dos demais produtores de atender à demanda também tornam o cenário instável. O Irã é o terceiro maior exportador de petróleo, atrás de Rússia e Arábia Saudita.

A cotação internacional certamente terá impacto na balança comercial brasileira, uma vez que o País importou 71,3 milhões e exportou 38,3 milhões de toneladas de petróleo e derivados em 2011. A tendência é de estabilidade na cotação das *commodities* minerais e agrícolas exportadas pelo Brasil, mas a estiagem deve gerar colheita de grãos ao menos 3,5% inferior à safra do ano passado.

Em 2011, o déficit brasileiro em transações correntes (US\$ 58,6 bilhões) foi facilmente coberto pela entrada de capitais através de investimentos estrangeiros diretos (IEDs), que somaram US\$ 66,6 bilhões – elevação de 37,4% em relação ao ano anterior. O déficit manteve-se em seu patamar histórico como proporção do PIB. Embora a crise europeia sugira que o volume de IEDs caia em 2012 – a mediana das expectativas do Boletim Focus aponta para US\$ 55 bilhões –, os frequentes anúncios de investimentos externos, nos mais diversos setores de atividade, ainda são promissores.

De acordo com a UNCTAD, braço das Nações Unidas ligado à promoção e estudo do comércio internacional e desenvolvimento, o Brasil foi o quarto principal destino de investimentos externos no mundo. Ao levar-se em conta apenas a implantação de novos projetos – excluindo-se, portanto, a aquisição de empresas locais – o País registrou o segundo maior volume de investimentos, superado apenas pela China. Esse desempenho deve-se, em parte, ao fato de que o Brasil se consolidou como base de multinacionais para operações em toda a América do Sul.

O Ministério da Fazenda parte do princípio de que a taxa de investimento – público e privado – represente 20% do PIB em 2012. É uma estimativa consistente com o resultado das Contas Nacionais Trimestrais no terceiro trimestre de 2011. Mas esse resultado dependerá de improvável melhora no ambiente internacional, do aumento de inversões de empresas de capital misto (Petrobras e Eletrobrás), de investimentos privados em infraestrutura através de programas de concessão, de projetos da União, do volume de recursos ofertado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do incentivo gerado pela política monetária.

A desejável redução nas taxas de juros básicos ainda é, entretanto, de difícil execução. No sistema de metas de inflação, quando a expectativa de elevação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se encontra acima da meta fixada, espera-se que a autoridade monetária eleve a taxa de juros básica acima da taxa de juros “neutra” – aquela condizente com o desempenho da economia próxima ao seu potencial, sem que o nível de preços seja pressionado. No final de 2011, a mediana das expectativas de mercado para a inflação de 2012, medida através do Boletim Focus, do Banco Central, era de 5,32% – para crescimento de 3,3% no PIB.

A estrutura da economia brasileira restringe a eficiência dos canais de transmissão da política monetária. Indexação, crédito subsidiado e elevados *spreads* bancários são características que tornam mais problemática a redução de patamar da taxa de juros.

Nesse sentido, uma política de juros básicos declinantes dependerá de disciplina fiscal que garanta, ao menos, o cumprimento da meta de superávit primário, estabelecida em 3,1% do PIB na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Esse percentual representa cerca de

R\$ 140 bilhões para o setor público consolidado (R\$ 97 bilhões para o governo central) e implicaria inconveniente corte de investimentos.

Dois artifícios contábeis, contudo, podem manter a execução dos investimentos sem que o superávit seja comprometido. O primeiro consiste em eliminar da meta o montante alocado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de aproximadamente R\$ 42 bilhões. O segundo, já utilizado em 2011, reside em reduzir a estimativa de dispêndios obrigatórios na LDO. Assim, investimentos e gastos sociais sofrem menores cortes. A eficácia desse mecanismo depende de efetivo corte nos subsídios e de que a arrecadação federal cresça mais do que o previsto no plano de contingenciamento. A necessidade de baixa volubilidade na arrecadação sugere, por sua vez, que desonerações tributárias de incentivo ao consumo sejam improváveis em 2012.

Essas medidas de incentivo ao consumo tendem a ser desnecessárias. O consumo das famílias, responsável por 60% do PIB, será estimulado pelo reajuste nominal de 14,13% no salário mínimo, em vigor a partir de janeiro, da manutenção do nível de emprego e da expansão do crédito. Graças à formalização do emprego em anos recentes, essa elevação será absorvida pelas classes de renda C, D e E – cujos vínculos são mais frequentemente atrelados ao salário mínimo. De acordo com projeção do Índice de Poder de Compra, da Tendências Consultoria Integrada, que analisa a propensão ao consumo de todas as faixas de renda, o consumo familiar crescerá 5,2% em 2012.

No curto prazo, dois fatores associados porão à prova essa propensão: crescimento do endividamento familiar e da inadimplência de pessoas físicas. Em 2012, ainda segundo a Tendências, o endividamento das famílias superará metade de sua renda anual (51,3%). O crédito imobiliário tem crescido nos últimos anos e, apesar de corresponder a menos de 10% de todo o volume de crédito concedido (proporção pequena em comparação com outros países), compromete parte significativa da renda. Esse segmento se fortaleceu com os programas federais de habitação, a queda da taxa de juros, e o aumento da massa salarial e da formalidade. A baixa inadimplência no ramo tem impulsionado investimentos e gerado empregos. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, o setor da construção civil gerou, em 2011, 8,45% mais empregos do que no ano anterior. Essa variação havia sido extraordinária nos dois períodos precedentes: 15% em 2010 e 11,38% em 2009 (séries ajustadas). A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, indica que 7,7% da população estava ocupada, em dezembro, na construção civil.

O segundo fator a inibir o consumo é o crescimento da inadimplência de pessoas físicas em 2011. Em dezembro, de acordo com o BC, o índice de atrasos superiores a 90 dias chegou a 7,3% – contra 5,7% registrado no final de 2010. Essa variação exigiu que as instituições financeiras elevassem a margem de provisão para devedores duvidosos, de 20,1% para 31,3%, ao longo do ano. Como resultado, o volume de crédito tornou-se menor e os *spreads* foram elevados. Pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) indica que o crescimento do crédito, em 2012, gravitará em torno de 16%. É uma alta significativa, mas o índice mostra nítida desaceleração: alcançou 20% em 2010 e 18% em 2011.

Embora o rigor das políticas monetárias e fiscal e o turbulento cenário externo – *surmenage* da economia europeia, principalmente – dominem as expectativas de curto prazo, é necessário lembrar que mesmo no melhor dos cenários, alguns entraves crônicos (bizantino sistema tributário, depauperada infraestrutura e falta de qualificação de mão de obra, para citar três) continuam barrando o desenvolvimento da economia brasileira. O baixo nível de desocupação (4,7% em dezembro, de acordo com a PME) e os bons resultados do comércio varejista, dos serviços bancários e da construção civil não podem eclipsar a estrutura institucional insipiente a que estão submetidos a indústria, a agropecuária e os serviços.

AGRICULTURA

Estiagem provoca queda na produção de grãos

O Departamento de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná, estima que a estiagem que atingiu o Estado no final do ano passado tornou a produção de grãos 23% inferior à safra potencial, calculada através da área plantada. Soja, milho e feijão tiveram perdas avaliadas em 5 milhões de toneladas. De acordo com a previsão, a safra de grãos de verão de 2012 não ultrapassará 17,3 milhões de toneladas. Estima-se prejuízo de R\$ 3,29 bilhões.

A safra paranaense do ano passado alcançou 22,2 milhões de toneladas. A Região Oeste do Estado foi a mais afetada. Em todo o Estado, 137 municípios tiveram estado de emergência decretado.

MAINARDES, Carolina. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 fev. 2012. *Caminhos do Campo*, p.4.

AGROINDÚSTRIA

Agromalte planeja expansão

Localizada no distrito de Entre Rios, no município de Guarapuava (Região Centro-Sul Paranaense), a Agromalte planeja expandir sua capacidade de processamento de cevada. Atualmente, a unidade é capaz de produzir 220 mil toneladas de malte por ano. Espera-se que o investimento de R\$ 80 milhões, a ser realizado até 2013, eleve a capacidade anual de produção para 300 mil toneladas. Parte dos recursos será financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fundada em 1981, a Agromalte é a décima maior maltaria do mundo e pertence à Cooperativa Agrária Agroindustrial. Além de cevada, seus 544 associados produzem milho, trigo e soja. A cooperativa, que tem expectativa de faturamento de R\$ 1,6 bilhão em 2012, também possui uma fábrica de ração para animais.

CUNHA, Lillian. *O império brasileiro do malte*. O Estado de S. Paulo, 23 jan. 2012. *Negócios*, p.N5.

Copacol inaugura fábrica de esmagamento de soja

Sediada em Cafelândia, na Região Oeste do Paraná, a Cooperativa Agroindustrial Consoleta (Copacol), inaugurou fábrica capaz de processar 450 mil toneladas de soja anualmente. Em 2011, os associados da cooperativa produziram cerca de 320 mil toneladas do grão.

A unidade produzirá ração para bovinos, suínos, aves e peixes. Aproximadamente 60% do faturamento da cooperativa é oriundo da avicultura – 310 mil aves são abatidas diariamente. A Copacol investiu R\$ 80 milhões na construção da fábrica.

CRUZ, Luiz Carlos. *Industrialização ganha terreno no Oeste*. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 jan. 2012. p.19.

* Elaborado com informações disponíveis de 16/12/2011 a 29/02/2012.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

INDÚSTRIA

Cavo e Grupo Solví inauguram fábrica de reciclagem

Parceria entre a Cavo e o Grupo Solví, a Essencis inaugurou fábrica de reciclagem na Cidade Industrial de Curitiba no mês de dezembro de 2011. A planta absorveu R\$ 8,5 milhões, sendo R\$ 2,5 milhões investidos em seu processo de automatização. A unidade extrairá matérias-primas, cobre e alumínio em particular, de material eletroeletrônico descartado.

A Essencis reúne fábricas em outras cinco unidades da federação e opera desde 2009 em Curitiba. Na capital, possui uma estação de tratamento de esgoto e um laboratório para desenvolvimento de tecnologia.

SCHONARTH, João Pedro. Recém-inaugurada, planta de reciclagem da Essencis investe em automação. Gazeta do Povo, Curitiba, 28 dez. 2011. p.20.

Tetra Pak duplicará produção em Ponta Grossa

A multinacional sueca Tetra Pak investirá R\$ 200 milhões na expansão e diversificação da linha de produção de sua planta em Ponta Grossa (Região Centro-Oriental do Estado). Anualmente, a unidade fabrica cerca de 7 bilhões de embalagens cartonadas para bebidas e alimentos líquidos. A expectativa da companhia é de que esse volume de produção seja dobrado até julho de 2015.

A Tetra Pak também planeja implantar uma nova linha no complexo de Ponta Grossa, destinada à produção de embalagens para alimentos sólidos. Atualmente, a empresa importa mais de 100 milhões dessas embalagens para atender o mercado nacional. A operação brasileira da Tetra Pak, que também conta com uma planta no município paulista de Monte Mor, teve faturamento de R\$ 4 bilhões em 2011, equivalente a 18% do resultado global da empresa.

MAGNABOSCO, André. Tetra Pak investe R\$ 200 milhões para elevar produção em 45% até 2015. O Estado de S. Paulo, 31 jan. 2012. Economia, p.B12.

Spaipa investirá R\$ 75 milhões em 2012

A envasadora e distribuidora de bebidas Spaipa, com plantas em Curitiba e Maringá (Região Norte Central do Paraná), investirá R\$ 75 milhões ao longo deste ano. O capital será alocado na aquisição de máquinas, construção de armazéns e expansão da frota. Fundada em 1995, companhia fornece produtos da Coca-Cola para o Paraná e para o interior de São Paulo.

No ano passado, a Spaipa investiu R\$ 211 milhões na elevação da capacidade de produção de sua unidade em Maringá. A empresa espera que o volume comercializado cresça 5% em 2012.

LIMA, Marii. Engarrafadora da Coca-Cola investe R\$ 75 milhões. Valor Econômico, São Paulo, 24 fev. 2012. Empresas, p.B4

SERVIÇOS

Investimentos no Porto de Paranaguá

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) deve realizar investimentos superiores a R\$ 226 milhões ao longo de 2012. Esse montante está dividido em diversos projetos em processo de licitação ou de outorga de licença ambiental. Para a dragagem serão alocados mais de R\$ 70 milhões. A dragagem de manutenção, na qual serão gastos R\$ 25 milhões, aguarda licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Outros R\$ 45,7 milhões serão alocados em pontos críticos.

Um novo sistema de segurança deve adequar o complexo aos padrões de segurança definidos pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS), bem como às especificações da Agência Nacional de Transportes

Aquaviários (ANTAQ), da Polícia e da Receita Federal. O processo de licitação prevê gastos de R\$ 34,2 milhões nesse sistema e de R\$ 4 milhões adicionais na implantação de um *software* que o gerencie, incluindo as mais de 300 câmeras que serão instaladas.

A APPA também projeta investimento de R\$ 185 milhões na reforma do cais. Aproximadamente R\$ 35 milhões foram despendidos na aquisição de equipamentos para movimentação de contêineres no pátio e para seu carregamento nos navios. O cais do terminal de contêineres também deverá ser expandido em 315 metros, obra que demandará cerca de R\$ 120 milhões e que será realizada pelas empresas que operam terminais privados no porto.

Estima-se que os portos de Paranaguá e Antonina tenham movimentado mais de 41 milhões de toneladas em 2011, volume aproximadamente 3 milhões superior ao registrado em 2010. A administração dos portos estima que serão movimentadas 45 milhões de toneladas em 2012.

LIMA, Marli. Portos do Paraná fecham ano com recorde de carga. Valor Econômico, São Paulo, 16 dez. 2011. Empresas, p.B9.

MENEZES, Fabiane Ziolla. Porto de Paranaguá investirá R\$ 227 milhões em 2012. Gazeta do Povo, Curitiba, 06 jan. 2012. p.22.

MENEZES, Fabiane Ziolla. Segurança do terminal terá R\$ 41 milhões. Gazeta do Povo, Curitiba, 06 jan. 2012. p.24.

Ferroeste comprará cinco locomotivas

A Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE) investirá R\$ 8 milhões na aquisição de cinco locomotivas. As novas máquinas terão capacidade de operar composições de 14 a 18 vagões. As locomotivas em funcionamento, alugadas, tracionam oito vagões.

Empresa de capital misto fundada em 1988 e controlada pelo governo do Paraná, a Ferroeste realizará a aquisição com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) do Estado.

FERROESTE anuncia a compra de cinco locomotivas. Gazeta do Povo, Curitiba, 28 dez. 2011. p.20.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2012

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011 ⁽¹⁾	1 132	3 193	2 836	39 230	191 500	4 881	31 175	793 754	25 461
2012 ⁽²⁾	1 208	2 411	1 996	35 752	168 278	4 707	29 063	745 456	25 650

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011 ⁽¹⁾	74 871	110 647	1 478	645 088	49 846 477	77 301	51 242	194 441	3 812
2012 ⁽²⁾	74 876	103 429	1 381	643 436	51 709 600	80 365	57 770	221 697	3 838

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2012

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	643 288	787 180	1 224	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	520 798	792 010	1 521	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011 ⁽¹⁾	521 196	815 280	1 564	184 263	4 179 245	22 688	2 470 394	12 427 315	5 030
2012 ⁽²⁾	438 206	703 268	1 605	187 067	4 140 194	22 132	2 852 823	15 662 465	5 490

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	418	994	2 378	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	369	831	2 252	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011 ⁽¹⁾	369	971	2 631	4 555 312	15 458 143	3 393	1 054 254	2 425 131	2 380
2012 ⁽²⁾	151	488	3 232	4 455 315	10 875 865	2 441	891 310	2 510 944	2 817

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

(2) A estimativa de 2012 para produção de feijão inclui as duas primeiras, das três safras do período.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2011

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Maio	232 068	28 791	43 956
1998	854 517	236 358	193 435	Junho	228 155	30 774	45 041
1999	957 237	198 873	229 466	Julho	245 922	28 951	47 393
2000	1 041 412	181 113	235 315	Agosto	233 291	27 815	46 412
2001	1 121 828	197 985	263 451	Setembro	232 140	31 644	46 126
2002	1 235 681	219 350	333 951	Outubro	224 600	31 111	46 455
2003	1 344 398	219 774	359 139	Novembro	221 656	27 764	45 675
2004	1 557 656	276 808	340 645	Dezembro	229 016	31 579	49 125
2005	1 788 481	308 947	367 765	2011 ⁽¹⁾	2 138 007	200 889	468 335
2006	1 856 538	316 897	390 394	Janeiro	228 175	21 329	45 270
2007	2 057 318	295 010	437 152	Fevereiro	227 467	20 637	45 795
2008	2 480 908	279 609	454 340	Março	248 135	23 633	51 843
2009	2 489 061	282 220	509 156	Abril	218 169	22 487	43 411
2010 ⁽¹⁾	2 725 634	338 599	531 514	Maio	237 488	25 059	50 548
Janeiro	211 217	20 641	36 228	Junho	233 006	23 759	46 637
Fevereiro	202 095	22 914	38 992	Julho	245 011	21 342	60 648
Março	239 997	28 977	43 854	Agosto	254 348	21 460	62 635
Abril	225 476	27 639	42 257	Setembro	246 098	21 183	61 548

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2012

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011 ⁽¹⁾	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 911	38,21	385 059	2,21	17 394 228
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Fevereiro	351 583	34,23	159 460	15,53	490 636	47,77	25 356	2,47	1 027 035
Março	618 048	46,56	148 945	11,22	538 173	40,54	22 249	1,68	1 327 415
Abril	928 116	59,21	92 402	5,89	515 006	32,85	32 019	2,04	1 567 543
Maio	823 247	48,39	294 400	17,31	545 496	32,07	37 988	2,23	1 701 132
Junho	897 361	51,54	266 370	15,30	545 349	31,32	32 046	1,84	1 741 126
Julho	646 727	43,24	238 104	15,92	581 660	38,89	29 192	1,95	1 495 684
Agosto	817 671	44,84	290 316	15,92	670 794	36,79	44 571	2,45	1 823 353
Setembro	807 452	49,27	270 041	16,48	530 871	32,39	30 568	1,87	1 638 932
Outubro	595 757	42,69	161 819	11,60	597 683	42,82	40 412	2,90	1 395 671
Novembro	543 779	39,59	206 787	15,06	586 951	42,74	35 876	2,61	1 373 394
Dezembro	542 200	37,70	190 371	13,24	678 258	47,16	27 434	1,91	1 438 264
2012 ⁽¹⁾	505 985	44,82	109 249	9,68	494 111	43,77	19 497	1,73	1 128 842
Janeiro	505 985	44,82	109 249	9,68	494 111	43,77	19 497	1,73	1 128 842

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2012

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010 ⁽¹⁾	14 176 010	13 956 180	219 831	201 915 285	181 760 737	20 154 548
2011 ⁽¹⁾	17 394 228	18 766 895	-1 372 667	256 039 575	226 245 113	29 794 462
Janeiro	864 680	1 283 620	-418 939	15 214 353	14 816 695	397 658
Fevereiro	1 027 035	1 175 349	-148 314	16 732 470	15 538 192	1 194 279
Março	1 327 415	1 348 425	-21 010	19 285 977	17 734 366	1 551 611
Abril	1 567 543	1 454 539	113 004	20 172 977	18 311 797	1 861 180
Mai	1 701 132	1 679 664	21 467	23 208 657	19 684 563	3 524 094
Junho	1 741 126	1 651 749	89 377	23 689 079	19 259 135	4 429 943
Julho	1 495 684	1 452 983	42 701	22 251 877	19 113 421	3 138 456
Agosto	1 823 353	1 879 645	-56 292	26 158 507	22 280 406	3 878 101
Setembro	1 638 932	1 749 530	-110 598	23 285 058	20 212 827	3 072 231
Outubro	1 395 671	1 662 912	-267 242	22 139 953	19 784 954	2 354 999
Novembro	1 373 394	1 825 141	-451 747	21 773 463	21 195 251	578 212
Dezembro	1 438 264	1 603 339	-165 075	22 127 204	18 313 506	3 813 698
2012 ⁽¹⁾	1 128 842	1 774 518	-645 677	16 141 225	17 433 362	-1 292 137
Janeiro	1 128 842	1 774 518	-645 677	16 141 225	17 433 362	-1 292 137

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2011

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)																	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	Mai./10	Jun./10	Jul./10
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,11	88,15	88,61	82,66	80,93	94,56	85,39	88,32	87,49	94,39
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,70	127,08	134,35	133,69	123,09	137,79	128,30	127,53	126,80	134,08
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,43	125,80	132,72	132,66	121,73	136,39	126,95	125,96	125,09	132,26
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	116,62	122,25	111,52	90,78	109,02	132,23	139,26	115,07	121,86
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	197,30	228,77	229,31	193,72	217,93	199,63	233,55	207,22	211,70
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,78	184,84	220,47	193,64	181,76	213,74	203,79	214,76	213,16	221,43
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,78	83,57	87,13	98,96	108,70	125,58	177,03	158,76	152,90	123,79	127,55	126,30	118,85
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	672,92	1 071,68	1 466,87	1 106,34	1 312,99	1 674,87	1 583,64	1 665,68	1 480,93	1 347,86
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,21	216,51	251,07	212,15	180,00	229,33	222,67	253,77	240,84	246,05
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	130,03	136,82	149,43	143,54	130,53	149,71	142,10	148,67	141,56	147,66

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)																	
	Ago./10	Set./10	Out./10	Nov./10	Dez./10	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai./11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11
Combustíveis e lubrificantes	93,14	91,00	88,15	86,52	90,71	85,14	84,65	80,85	88,89	78,22	82,4	83,68	86,53	91,39	85,94	85,59	84,67	88,83
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	136,34	129,83	140,29	131,51	162,91	142,42	133,52	125,55	137,1	150,43	129,71	134,71	143,97	141,97	140,62	145,16	143,6	182,67
Hipermercados e supermercados	134,51	128,00	138,53	129,61	160,98	140,66	132,04	123,89	135,48	148,65	127,88	132,99	142,14	140,15	138,93	143,45	141,54	180,79
Tecidos, vestuário e calçados	113,00	113,21	114,25	110,09	196,67	120,10	109,77	93,38	105,79	120,11	128,98	117,64	110,83	113,44	113,17	112,38	113,9	201,8
Móveis e eletrodomésticos	221,43	220,43	226,56	240,41	343,37	267,38	266,44	224,76	231,96	227,69	288,84	228,88	258,11	262,56	262,06	259,81	283,31	414,09
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	226,76	219,51	233,16	237,34	286,64	256,77	224,61	217,08	245,63	231,2	252,46	251,55	258,59	264,76	257,01	267,92	273,3	337,14
Livros, jornais, revistas e papelaria	129,03	116,50	62,62	60,16	153,42	122,84	157,25	168,67	134,43	120,38	135,84	122,33	121,93	127,82	113,42	60,89	61,65	149,41
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1 664,87	1 963,51	1 091,53	1 316,01	1 394,23	1 538,13	1 110,25	1 189,07	1 302,13	1 227,86	1 737,53	1 859,11	1 806,37	1 812,03	1 846,73	1 378,76	1 488,05	1 699,67
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	253,43	230,57	258,19	248,15	437,72	273,77	235,33	209,89	233,48	248,04	247,96	257,95	260,39	278,06	234,61	276,49	281,34	521,68
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	150,71	146,63	153,06	146,92	195,08	159,86	149,75	137,88	149,55	155,16	155,68	151,53	159,57	161,15	157,33	159,02	161,63	220,10

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2012

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Indústria de transformação	74,0	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,4
Alimentos	73,3	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8
Bebidas	58,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0
Madeira	56,7	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1
Celulose, papel e produtos de papel	90,8	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7
Refino de petróleo e álcool	70,1	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6
Outros produtos químicos	59,0	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6
Borracha e plástico	82,6	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9
Minerais não metálicos	60,8	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	141,9	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3
Máquinas e equipamentos	39,6	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,8	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7
Veículos automotores	60,2	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0
Mobiliário	57,2	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	2009	2010	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Maio/11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12
Indústria de transformação	131,6	150,3	160,9	149,7	135,7	153,4	142,3	154,7	164,5	169,4	185,2	161,7	167,0	172,5	174,2	147,5	157,3	137,6
Alimentos	107,9	116,8	117,4	87,0	91,6	109,1	114,1	133,5	132,6	136,0	130,2	138,5	125,9	112,2	97,9	93,4	90,7	96,0
Bebidas	126,2	140,4	141,6	128,2	124,0	141,5	137,1	130,7	108,4	118,8	148,2	148,5	167,1	171,3	175,6	133,3	131,2	135,3
Madeira	72,8	80,1	87,1	77,8	74,3	83,4	79,6	82,4	82,1	95,8	95,5	97,2	99,4	98,8	79,7	93,4	96,8	90,0
Celulose, papel e produtos de papel	132,2	139,3	140,8	148,1	135,1	152,2	140,3	146,4	104,5	145,4	140,3	144,0	143,7	138,8	151,1	140,8	148,0	133,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	428,7	446,0	422,8	748,1	153,1	389,8	187,3	172,9	484,6	388,3	642,8	282,9	363,2	499,8	761,0	669,7	993,1	346,3
Refino de petróleo e álcool	100,1	91,7	102,8	93,1	81,4	82,7	102,2	115,1	109,0	109,3	117,3	111,3	107,1	109,3	95,6	95,7	96,2	95,2
Outros produtos químicos	77,8	66,9	68,5	70,8	72,4	54,5	58,9	78,4	79,5	79,9	62,6	69,7	68,3	66,6	60,9	61,6	70,5	52,7
Borracha e plástico	122,5	129,1	134,8	124,7	125,9	139,5	126,3	132,6	137,6	139,7	143,0	145,4	137,4	139,9	125,4	129,3	135,3	123,2
Minerais não metálicos	123,2	129,7	133,8	124,0	124,7	136,1	134,1	140,8	135,6	137,5	135,9	135,5	140,8	132,4	128,4	123,8	119,2	128,3
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	99,1	120,5	132,8	118,3	119,8	132,9	130,1	143,6	133,2	136,5	142,5	139,0	133,5	136,3	127,7	122,8	120,8	124,8
Máquinas e equipamentos	143,3	178,5	171,0	146,1	179,9	203,8	155,3	183,8	177,6	145,6	162,7	155,3	186,3	179,1	176,9	173,3	193,8	152,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	118,6	130,9	149,1	115,8	153,0	151,1	117,2	175,3	169,6	169,7	160,2	147,7	150,7	159,0	120,3	125,0	115,1	134,8
Veículos automotores	200,0	315,2	409,4	275,5	384,8	369,9	378,4	378,0	396,2	459,6	500,6	410,3	436,2	472,2	450,5	245,3	174,9	315,6
Mobiliário	84,8	108,6	102,7	100,8	103,8	93,7	85,1	98,1	95,9	102,2	112,4	110,8	109,7	113,7	106,3	92,4	91,2	93,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2011

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan./10	Feb./10	Mar./10	Abr./10	Mai./10	Jun./10	Jul./10	Ago./10
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	101,9	102,3	102,8	103,5	104,3	104,5	104,7	104,7
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	71,8	71,4	69,6	71,8	71,1	72,5	72,9	73,4
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	102,3	102,7	103,2	103,9	104,7	104,9	105,1	105,1
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	150,9	149,6	150,0	150,9	152,2	154,1	154,2	153,2
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	170,8	289,3	292,2	282,3	213,6	164,9	103,1	95,2
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	81,1	80,3	81,0	82,8	84,5	84,5	85,6	83,9
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	95,8	97,1	95,0	93,4	93,0	92,3	92,9	92,6
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	104,3	101,8	105,7	105,4	106,2	106,3	106,3	105,0
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	33,7	34,1	34,3	35,1	35,0	34,6	34,4	33,8
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	125,7	125,6	125,8	127,5	130,2	130,3	130,4	131,0
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	235,0	233,0	233,9	220,8	231,7	232,1	232,2	231,0
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	97,6	97,0	98,1	100,4	101,7	102,5	100,8	99,4
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	79,7	80,3	82,0	81,2	81,1	80,3	78,9	79,2
Minerais não metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	125,5	128,3	126,1	126,5	127,0	127,9	129,9	131,1
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	74,7	76,3	79,5	80,8	80,3	80,5	79,2	80,4
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	103,9	104,0	103,5	104,1	107,7	109,4	111,0	113,2
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	163,9	165,6	168,8	173,1	172,7	173,0	173,8	173,6
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	105,6	107,0	107,8	109,2	107,3	109,2	110,5	112,2
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	142,9	142,8	143,8	145,7	148,1	149,1	150,0	151,9
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	56,7	57,2	58,9	59,6	60,6	59,4	60,1	60,1

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																
	Set./10	Out./10	Nov./10	Dez./10	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai./11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11
Indústria geral	105,4	106,4	105,9	103,9	109,9	104,2	105,5	107,4	108,8	111,0	111,6	111,8	112,2	112,4	112,8	111,5	109,2
Indústrias extrativas	73,3	72,3	70,2	69,6	66,8	68,4	67,9	66,6	66,7	67,8	67,4	65,9	66,4	68,2	66,8	65,7	64,1
Indústria de transformação	105,8	106,8	106,3	104,3	110,4	104,7	106,0	107,9	109,4	111,6	112,1	112,4	112,7	113,0	113,3	112,0	109,8
Alimentos e bebidas	154,8	157,8	154,9	154,1	173,3	152,2	155,0	161,8	168,6	177,9	181,6	182,3	181,8	183,2	182,4	178,5	174,5
Fumo	95,4	102,4	107,8	107,3	178,6	205,7	278,4	293,5	302,4	279,9	172,8	100,4	98,2	93,2	101,6	106,8	110,8
Têxtil	83,7	82,0	84,0	82,2	87,5	84,6	85,8	86,3	87,3	87,4	87,2	86,6	86,1	88,7	89,9	91,9	88,8
Vestuário	91,8	92,6	91,8	88,6	88,3	87,8	91,6	89,7	88,5	89,7	88,2	88,7	89,3	89,1	87,6	86,4	83,5
Calçados e couro	104,1	102,3	98,3	92,0	92,0	89,9	91,0	91,5	91,7	95,9	92,6	95,8	93,1	91,1	90,9	89,3	90,7
Madeira	33,5	33,1	32,9	32,1	30,7	31,9	31,2	31,6	31,5	30,7	30,3	30,4	30,2	30,2	30,4	29,9	29,7
Papel e gráfica	133,9	136,6	136,7	134,7	134,6	134,1	132,8	133,7	133,1	132,4	135,8	137,5	134,9	135,0	135,2	135,9	135,1
Refino de petróleo e combustíveis	229,8	228,8	224,4	188,7	217,7	180,3	185,2	218,9	224,8	230,7	231,8	237,9	232,3	232,0	229,4	214,4	194,7
Produtos químicos	99,8	100,7	100,9	100,1	101,2	100,7	99,4	97,4	97,8	100,0	100,5	102,9	103,3	104,2	103,4	102,8	101,8
Borracha e plástico	80,8	79,8	78,7	76,9	80,1	77,9	78,6	81,5	80,9	81,1	78,7	79,3	79,7	80,7	81,3	81,9	79,4
Minerais não metálicos	126,0	128,7	129,7	129,3	131,4	126,6	127,5	128,1	126,8	129,0	132,3	132,2	132,4	133,1	136,3	136,0	136,1
Metalurgia básica	79,5	79,8	78,4	77,7	85,1	82,2	82,9	83,7	84,1	83,9	84,5	84,1	84,8	85,9	88,2	88,6	88,4
Produtos de metal ⁽¹⁾	120,1	120,6	123,1	114,0	121,1	123,1	127,3	124,7	123,2	127,7	129,8	125,7	121,4	113,1	114,2	112,9	110,5
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	174,1	174,4	171,8	165,5	157,7	166,1	164,1	164,9	161,5	159,5	157,2	152,0	152,5	151,9	155,4	155,3	152,6
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	113,7	114,5	116,7	116,8	146,5	121,3	124,3	128,7	133,2	139,0	139,9	142,1	160,3	164,0	170,5	169,6	165,5
Fabricação de meios de transporte	152,8	155,3	157,2	159,5	168,6	159,2	160,1	162,7	165,9	168,0	168,9	172,0	172,5	173,3	175,6	174,4	170,2
Fabricação de outros produtos	60,8	62,0	62,1	62,9	67,8	63,4	64,0	65,9	69,0	68,9	69,3	69,5	69,3	70,3	69,2	67,7	67,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2012

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
jan. 2012	3 983	3 819	-680	7 733	-202	-	14 653

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2011

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010 ⁽³⁾	226 071	8,30	3 770 085	7,50
2011 ⁽³⁾	251 579	4,00	4 143 013	2,70

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria do Planejamento
e Coordenação Geral